

**“Bandeiras de índios”.**

**Enfrentamentos entre guaranis das missões jesuíticas e portuguesas de São Paulo nos limites entre os Impérios ibéricos (século XVII).**

FERNANDA SPOSITO\*

**INTRODUÇÃO**

Este artigo esmiúça uma narrativa de conflitos envolvendo índios guaranis, reduzidos nas missões jesuíticas dentro da América espanhola, e os moradores de São Paulo, que invadiam suas terras, destruíam e pilhavam seus bens, levando os guaranis como escravos aos domínios da América portuguesa. O título deste trabalho tem um teor provocativo ao propor uma inversão de papéis, pensando os índios na função de “bandeirantes”, um lugar improvável para aqueles que eram na verdade vítimas da ação destes sertanistas de São Paulo. O objetivo do texto é justamente problematizar a atuação dos índios na situação colonial para além da crônica das mortandades e sofrimentos vivenciados por estes grupos, mas pensá-los como agentes de sua história e da própria história da América.

Neste sentido, quando os índios se armavam, montavam tropas guarnecidas com seus próprios armamentos, instrumentalizando-se com artefatos de guerra europeus, visualiza-se seu protagonismo, que normalmente foi ocultado ou negado pelas fontes e histórias escritas sobre a colonização do continente. Os índios aqui descritos devem ser encarados a partir deste movimento de renovação historiográfica, que ganhou força há algumas décadas, denominado de “história indígena” ou “etno-história”, cujo livro organizado por Manuela Carneira da Cunha na década de 1990 simboliza uma síntese de autores, estudos e abordagens marcantes nesta área (CUNHA, 1992).

É isso que explica a denominação de “bandeiras” ao ataque dos índios guaranis contra os portugueses. Tratava-se aqui de um revide das agressões e escravizações praticadas pelos moradores de São Paulo contra o seu povo. Houve cenas de batalhas conduzidas pelos capitães indígenas, com a montagem de uma expedição guarnecida de bandeiras, representando o rei espanhol, caixa e instrumentos de guerra. O objetivo deste texto é entender como se deram estas escaramuças. Ao mesmo tempo, serão feitas breves considerações sobre os papéis dos agentes coloniais aqui presentes – índios, jesuítas, espanhóis, portugueses, autoridades régias e o próprio rei – trazendo ainda algumas

---

\* Doutoranda em História Social, FFLCH-USP. Bolsista FAPESP.

indicações sobre a questão da fronteira entre os impérios ibéricos e os chamados, anacronicamente, “bandeirantes paulistas”.<sup>1</sup>

## ENFRENTAMENTOS

Em 1656, na redução jesuítica de Los Reyes de Yapeyú<sup>2</sup>, no Uruguai, chegaram rumores que portugueses de São Paulo estavam saqueando povoações nos arredores, fazendo “malocas” e cativando muitos índios daquelas províncias<sup>3</sup>. O capitão da redução guarani, Antonio de Yrucatu, resolveu juntar-se com outras lideranças indígenas e montar uma tropa composta por quase 200 índios, munida com diversos tipos de armas – arcabuzes, flechas, alfanges, machetes e pedras. Ao partirem para a expedição, estavam guarnecidos ainda com duas bandeiras com as armas do rei de Castela e caixas de guerra. Essa tropa tinha um destino certo: ir no rastro dos moradores de São Paulo, enfrentá-los e conseguir libertar os índios escravizados, muitos deles parentes do povo de Yapeyú.<sup>4</sup>

Iniciaram o percurso pelo rio Ibicuyti, completando o trajeto a pé ou em canoas e, depois de 20 jornadas, chegaram ao Brasil. Encontraram roças e habitações de índios gentios (não cristãos) dali queimadas e abandonadas, o que teriam feito para não dar guarida aos portugueses. Usando deste imprevisto a seu favor, a tropa de Yrucatu fez o cerco àqueles que

---

<sup>1</sup> De fato, no período estudado, o topônimo “paulista” não era utilizado, mas sim “portugueses”, “moradores de São Paulo (ou San Pablo), maloqueiros [realizadores de “malocas” (assaltos e roubos)], sertanistas. O termo “bandeirante” não foi encontrado em nenhum documento pesquisado, sendo uma designação feita *a posteriori* pela historiografia. Assim, evito usar tais termos para se referir aos personagens do período, exceto se estiver dialogando com os autores que o utilizaram.

<sup>2</sup> No documento está grafado “Llapellu”. Deduzo, no entanto, se tratar de Yapeyú (Los Reyes de Yapeyú), pois é a única referência encontrada de um *pueblo* de índios cristãos no Uruguai com nome semelhante. Essa nomenclatura segue o hábito dos jesuítas de mesclarem elementos da simbologia cristã às palavras guaranis, como o nome de um chefe indígena.

<sup>3</sup> O termo “província” é usado aqui em dois sentidos. Serve para designar a divisão administrativa do vice-reino do Peru, com as governações das províncias do Paraguai e Tucumã (a do Paraguai, por sua vez, seria desmembrada em duas novas províncias: Rio da Prata e Santa Cruz de la Sierra). Ao mesmo tempo, como usado na época, designa a área de influência de uma determinada vila ou cidade sobre os seus arredores, como as províncias do Itatim, Tape, Guairá, Uruguai. Neste artigo, não entrarei na nomenclatura referente à “Província Jesuítica do Paraguai”, oriunda de outros critérios de divisão, sujeita à jurisdição da Companhia de Jesus e de dimensões ainda maiores que a governação do Paraguai.

“Província – (...) Hoje provincia he a parte de um Reyno, Monarquia, ou Estado, que tem a mesma lingua, & os mesmos costumes, & de ordinario se distingue pela extensão de huã jurisdição temporal, ou espiritual, em certo numero de Villas, Aldeas & Cidades. Na sua primeyra origem algumas Provincias forão Ducados, Códados, ou outros Senhorios, & Dominios de consideração, que com o tempo forão reunidas ao Imperio de huma cabeça, & incorporados em hum Reyno. Algum dia Flandes, com suas terras confinantes, foy chamada *As dezasete Provincias*; hoje os Estados de Hollanda se chamão *As Provincias Unidas*. Divide a Igreja as suas Provincias em Bispados, & Arcebispos. Os Religiosos dividem as suas Provincias, segundo a antiguidade, & numero de Conventos, governados por huma cabeça, a que chamão Provincial.” (BLUTEAU: 1720, 807).

<sup>4</sup> Todos os fatos narrados a seguir foram retirados de BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. Manuscritos da Coleção de Angelis. MS-508 (19), doc. 7 (392). “Declaraciones tomadas á los indios sobre prisioneros portugueses, 1656.” Também publicado em VIANNA: 1970, 326-33.

considerava inimigos de sua majestade. Os guaranis diziam defender o rei espanhol; como seus fiéis vassalos, estavam dispostos a morrer por deus, ao passo que os portugueses de São Paulo morreriam pelo diabo.

Os 200 índios ameaçaram por quatro horas as tropas dos lusos, compostas por 50 pessoas, entre portugueses e tupis. Não querendo ferir seus amigos e parentes que estavam entre os de São Paulo, os índios do Uruguai não atiravam para matar, mirando para o alto. Em desvantagem tática, os portugueses se renderam. Foram capturados os capitães Manuel Preto, Pascual de Ribeira e Francisco Cordeiro, que traziam três estruturas de ferro (em espanhol *cádenas*), onde os prisioneiros eram acorrentados em coleiras, mantidos enfileirados. Em cada uma delas, havia entre 20 e 30 índios do Uruguai, que foram libertos por seus parentes. Os portugueses trouxeram mais quatro *cádenas*, ainda não preenchidas com escravos. Yrucatu prendeu os três capitães portugueses num destes ferros e rumou de volta ao seu povoado. A três jornadas dali, durante uma tempestade, os habitantes de São Paulo conseguiram fugir. Conforme observou o chefe guarani, catecúmeno dos jesuítas, os índios tupis que permaneceram na redução não haviam sido convertidos à fé católica. Dos despojos desta luta, ficaram apenas dois mulatos portugueses e uma *cádena*, que o capitão trouxe até Buenos Aires, para apresentá-los ao governador daquela província do Rio da Prata, Pedro de Baigorry.

Baigorry não pode (ou não quis) ir pessoalmente falar com a liderança indígena, mas mandou seu marechal e tenente de Justiça fazer o interrogatório com Yrucatu e outro capitão que o acompanhava. Ambos foram entrevistados separadamente pelo tenente, para checar se as versões eram verossímeis e semelhantes, acompanhados de um tradutor de espanhol e guarani (um soldado de presídio) já que os índios não falavam espanhol. Depois que fizeram o sinal da cruz e juraram dizer a verdade, contaram os fatos descritos acima com riqueza de detalhes. Inquiriu-os o tenente se sabiam de outros portugueses que andassem assaltando e cativando índios por aquelas ou outras terras. Confirmaram essa assertiva, dizendo que os habitantes de São Paulo estavam no porto de Igay e ali construíram paliçada e forte para melhor executarem seu intento.

Por fim, as autoridades perguntaram aos índios porque vieram até Buenos Aires contar esta história. Eles afirmaram que queriam convencer o governador da importância e veracidade dos acontecimentos. Para isso, trouxeram os mulatos prisioneiros e uma *cádena*. Esperavam ainda que esta história fosse participada ao rei, a quem gostariam que se enviasse o objeto de tortura e se pedisse sua intervenção para o fim daquela situação.

Não foram encontradas outras informações sobre essa história, que traz alguns elementos únicos e que é, ao mesmo tempo, a repetição de eventos comuns ocorridos naquela parte dos domínios espanhóis havia algumas décadas. O ineditismo do documento é justamente evidenciar a atuação dos índios. Produzido pelos espanhóis, que deixaram sua visão sobre os fatos, os inquéritos feitos com os guaranis tinham um tom intimidador, mas ainda assim os atores principais da narrativa foram os capitães indígenas. Seus antagonistas foram os portugueses de São Paulo, tendo como coadjuvantes os demais índios. Estes, por sua vez, dividiam-se entre os seus, guaranis, uma parte compondo a tropa, outra como prisioneiros dos portugueses. De outro lado, os tupis, índios escravos dos moradores de São Paulo. Junto aos inimigos havia também os mulatos, que foram os únicos que se mantiveram capturados depois da fuga dos lusos.

As autoridades coloniais estavam representadas na figura do governador da província do Rio da Prata, Pedro de Baigorri, do tenente que interrogou os índios e do capitão do presídio que serviu de intérprete deles. Como elemento maior, várias vezes referido pelos índios, o próprio rei, ao qual os capitães indígenas diziam representar, de quem levavam bandeira e esperavam ser defendidos em seus interesses. Curiosamente, os padres jesuítas, que na maioria dos documentos eram aspecto central nas relações coloniais, não foram diretamente mencionados. Apesar da ausência dos padres, de toda forma a Companhia de Jesus foi muito importante nesta história.

Muitos dos aspectos que os capitães portavam foram obtidos através dos jesuítas. Os guaranis de Yrucatu viviam numa redução controlada pelos padres, possuíam armas dos colonizadores (arcabuz – arma de fogo; alfange e machete – objetos cortantes de metal), estavam dispostos a morrer por deus, eram vassalos do rei, carregando bandeira com suas insígnias. Essas características normalmente eram discursos e atributos obtidos dentro do regime reducional jesuítico-guarani. A composição de tropas ou bandeiras de guerra, formadas por índios a serviço do rei foi um expediente do qual os jesuítas lançaram mão para deter o avanço das bandeiras portuguesas sobre os domínios espanhóis, a partir da destruição da província do Guairá, no Paraguai, em 1629. Usando o argumento da defesa contra os portugueses de São Paulo (curiosamente, nunca se falava em ataque, como é o caso aqui), os jesuítas pediam armas para os índios que administravam. As autoridades e alguns moradores, por sua vez, reclamavam contra os índios armados. Posteriormente, os índios das missões passaram a ser vistos como defesa, solicitados pelas autoridades contra os grupos indígenas inimigos e os invasores portugueses.

A seguir serão tecidas algumas considerações sobre os grupos sociais que apareceram nestas escaramuças, pensando sobre as possibilidades de relações que eram estabelecidas entre eles. Estes personagens, segundo a análise que se pretende fazer aqui, possuem uma especificidade: habitavam e interagiam dentro de uma situação de fronteira. Este aspecto, de contato, inter-relação e conflito entre dois ou mais grupos coloniais em zona fronteiriça põe em evidência, de maneira mais marcante, as semelhanças e contrastes entre tais grupos e, em última instância, entre os distintos projetos dos reinos ibéricos.

### RELAÇÕES COLONIAIS EM FRONTEIRAS

Os eventos narrados anteriormente expressam conflitos entre os agentes de Portugal e Espanha com um caráter movediço, dinâmico. Isso porque os territórios aqui tratados se localizavam em zona de fronteira entre os domínios dos impérios espanhol e português. Se isso pode indicar uma oposição latente ou explícita entre as duas partes, também pode ser problematizado através dos contatos, alianças, comércios e influências sofridas tanto no Brasil quanto no Paraguai.<sup>5</sup> O sentido de fronteira usado aqui não se refere necessariamente à fronteira política – que será objeto de litígios, majoritariamente, a partir do século XVIII – mas se adéqua à noção de áreas de influências, onde havia o encontro entre diversas identidades, em guerras e/ou alianças. Cabe dizer que a separação entre estes territórios muitas vezes acabava determinada pela topografia e hidrografia, estando muito mais atrelada, portanto, aos seus limites naturais (MALDI, 1997; KANTOR, 2005).

A linha de Tordesilhas na América não passava de uma convenção imaginária (portanto sujeita a inúmeras leituras), fruto de tratados diplomáticos entre os reinos, arbitrados pelo Papa. De fato, as propostas de demarcação real só ocorreram em outro contexto, mais de dois séculos depois de estabelecido o acordo. Àqueles que vivenciaram *in loco* a realidade destes limites ao longo dos séculos iniciais da colonização da América meridional, percebe-se

---

<sup>5</sup> “Brasil” e “Paraguai” não têm aqui um sentido teleológico, que indiquem as unidades políticas e geográficas dos Estados Nacionais que foram construídos no século XIX em algumas partes dos territórios aqui descritos no período colonial. Ao contrário disso, procuro usar neste trabalho os termos coevos. Assim, “Paraguai” se refere à província pertencente ao vice-reino do Peru e “Brasil” ao território português na América, como retratado usualmente pelos documentos.

o caráter permeável e maleável desta fronteira e, ao mesmo tempo, potencialmente conflituoso.

Não é propósito deste texto discutir de maneira suficiente os eventos descritos através de uma análise da política europeia e seus desdobramentos na colonização da América. No entanto, para compreender as ações dos personagens, enquadro-as dentro de dois temas que se relacionam mais diretamente a esta fronteira específica. O primeiro refere-se às relações entre Portugal e Castela, manifesta pela União Ibérica, um dos grandes desdobramentos ocorridos entre os séculos XVI e XVII. O segundo ponto passa pela abordagem dos sertanistas de São Paulo como portadores de um espírito rebelde, autonomia esta que teria caracterizado os “paulistas” desde tempos imemoriais.

Para relacionar tais temas com esta história, vejamos os atores em questão. Inicialmente os padres da Companhia de Jesus foram eliminados da narrativa, apesar de terem sido um instrumento da inserção dos índios no mundo colonial, imbuindo-os de discursos e práticas dos europeus. Os inacianos normalmente se auto-retratavam como protetores dos índios, aqueles que saíam em sua defesa contra a sanha escravista dos *encomenderos* espanhóis, ou da captura pelos invasores portugueses e, até mesmo, como um meio para os guaranis se fortalecerem frente às etnias inimigas. No entanto, aqui foram acionados outros agentes coloniais para a defesa dos interesses dos índios. Não se pode perder de vista que muitas vezes governadores, bispos e outras autoridades tinham claramente uma aversão ao controle exercido pelos jesuítas sobre os índios. Por isso, não é ocasional o desaparecimento dos inacianos destes eventos. Segundo essa narrativa, eles seriam elementos dispensáveis naquela situação.

Avançando para além dos limites da redução e do poder dos padres, o capitão Yrucatu defendia que o governador soubesse dos transtornos que estavam acontecendo nas terras que estavam sob sua jurisdição e até mesmo o rei deveria ter acesso a estas informações. Neste momento parece que Yrucatu não se fez de rogado frente ao espaço que ocupava: como vassalo do rei, deveria defendê-lo dos invasores aos seus domínios, empunhando sua bandeira e propugnando a fé católica contra os hereges ou infiéis. Mais uma vez, o líder guarani mostrou astúcia, pois em vez de simplesmente agir em defesa do rei, estava na verdade tentando fazer com que este atuasse a seu favor, ou, ao menos, usando seu nome para se defender de seus inimigos.

A eficácia desta medida é improvável, já que a Coroa espanhola dificilmente seria mobilizada, ou até mesmo informada. O rei não atenderia pedido de um indígena convertido, súdito obscuro e anônimo, oriundo das matas da província do Rio da Prata, uma região tão distante do reino e periférica aos grandes centros econômicos das Índias de Castela (como o México e o Peru). Para Sérgio Buarque de Holanda, via de regra, os reis espanhóis não dotavam de muita importância os seus domínios americanos. No caso de Carlos V, por exemplo, as Índias de Castela eram encaradas por ele como um instrumento para se fortalecer na política europeia (HOLANDA: 2000, 388).

Por outro lado, as queixas feitas por Yrucatu não eram algo incomum, pois o assédio dos moradores de São Paulo às províncias do Paraguai e Rio da Prata era realizado com bastante frequência havia pelo menos duas décadas. Figuras mais célebres, como o padre provincial do Guairá, Antonio Ruiz de Montoya, haviam ido pessoalmente tratar desta questão com o rei e o papa, em 1639, pedindo o fim das invasões ao Paraguai. No entanto, mesmo com a bula papal e a ordem régia promulgadas em consequência, estas medidas não conseguiram se fazer cumprir no Brasil, devido às reações sofridas pela Companhia no Rio de Janeiro e em São Paulo. As hostilidades e a resistência dos colonizadores portugueses chegaram a tal ponto que os jesuítas foram expulsos da vila de São Paulo em 1640, ficando 13 anos apartados de lá.<sup>6</sup>

Matéria de difícil análise, a permissividade da administração régia ante as bandeiras dos portugueses de São Paulo para escravização de índios não pode ser explicada de maneira simples e taxativa, que, por exemplo, defina a política indigenista lusa como hesitante e pendular. Essa interpretação procurou dar conta do fato do reino português ora atender interesses dos colonos na exploração da mão de obra indígena, ora defender a ideia de que suas almas e corpos deveriam ser salvos e convertidos pela Coroa. Beatriz Perrone-Moisés mostrou o equívoco desta análise, que ignora a diversidade da população ameríndia e os próprios interesses difusos dos colonizadores (PERRONE-MOISÉS: 1992, 115-7). Como visto, as práticas dos sertanistas portugueses estavam já arraigadas dentro de uma estrutura escravista, pois seus saques sobre as populações indígenas do Paraguai e Rio da Prata eram usuais. Vinham em expedição de guerras, portando bandeiras em nome do rei português (daí o nome como usualmente ficaram conhecidas, sendo também chamadas de “entradas” ou

---

<sup>6</sup> As mobilizações de Montoya e Francisco Diaz Taño na Europa estão em CORTESÃO: 1969, 295-302. As reações contrárias às medidas régias e papais, que resultaram no seu descumprimento, estão em CORTESÃO: 1969, 329-43.

“malocas” nos documentos). Conforme relato feito por um ex-morador de São Paulo em 1637, naquela época habitando os domínios espanhóis:

*Contra las ordenes de V. Mag.<sup>d</sup> y graves prohibiciones de no pasar por la tierra adentro, se atreve esta gente, no solo a violar los mandatos de V. Mag.<sup>d</sup> pero a profanar sus vanderas, y dar ocasión de poner dolo en su catolica conquista. Sale, Señor, esta gente en tropas unas de 100 Portugueses, y casi mil Indios, otras de 60 Portugueses y nueve cientos Indios, y otros mas o menos numero de gente p.<sup>a</sup> cautivar Indios, dos veces ha indo a las grandes aldeas del Guayrá todas de cristianos sujetos a la Corona de Castilla, y en la dichosa enseñanza de los Padres de la Comp.<sup>a</sup> de Jesús de la Provincia del Paraguay, de estas destruyeron en dos veces 14 en numero de cuarenta mil indios, de q' cautivaba los de esta tierra mas de trey.<sup>ta</sup> mil. (CORTESÃO: 1951, 183-4).*

Nas bandeiras os portugueses traziam instrumentos de submissão e tortura aos escravos, impondo à força esta condição aos índios que conseguiam capturar. Se a chamada “rebeldia e independência dos paulistas” era algo que trabalhava contra ou a favor dos interesses da colonização lusa – ou até mesmo se esta liberdade era característica exclusiva dos moradores de São Paulo – isso é uma longa discussão. Para relativizar esta ideia, basta pensar que a escravização e matança de índios não era algo distante das práticas dos portugueses, pois a política indigenista lusa previa a guerra justa aos índios, projetada como necessária contra as etnias que resistiam à ação colonizadora ou impediam a expansão da fé católica (PERRONE-MOISÉS, op. cit.). Também não se deve perder de vista que a historiografia que construiu o mito bandeirante apoiou-se na ideia de que São Paulo seria um núcleo independente e rebelde (FERRETTI, 2004), o que estudos mais recentes mostraram ser ilusório (MONTEIRO, 2000; BLAJ, 2002).

Outro aspecto que merece ser levantado é a legitimidade de se falar em duas colonizações que se antepunham neste período. Coincidentemente ou não, a maioria dos conflitos entre os índios das reduções e os portugueses de São Paulo ocorreu durante a União Ibérica, sobre a qual cabem breves palavras. Embora durante as décadas de 1580 a 1640 a Coroa portuguesa estivesse sob controle dos reis de Castela, isso não significa que neste período Portugal e suas colônias vivessem uma política eminentemente espanhola, ou estivessem oprimidas sob seu jugo. Não é à toa que este período seja tratado pela historiografia portuguesa como da “monarquia dual”. Mesmo sofrendo uma série de

transformações e influências, a administração lusa e o seu Império continuaram funcionando com as mesmas atribuições de outrora, inclusive com as instâncias políticas sediadas no reino português (HESPANHA: 1989; MARQUES: 2002; SCHWARTZ: 2008).

Rafael Ruiz acredita que esta é a grande especificidade do período, pois foi durante a União das Coroas que a comunicação entre São Paulo e o Paraguai foi franqueada. Havia, segundo o autor, uma política régia de incentivo à integração entre estes dois pólos (RUIZ: 2002b). Alice Canabrava já havia mostrado que a abertura do comércio entre os portos vicentino e de Buenos Aires tinha o objetivo de abastecer as partes ricas das colônias, como o Peru ou a Bahia. As partes periféricas e mais pobres, como Assunção, São Paulo e até mesmo Buenos Aires, mantiveram-se ao largo das riquezas – escravos africanos e prata – que por ali passavam, mas não ficavam. O reinício das hostilidades entre Castela e os Países Baixos fez, no entanto, que esta política de livre circulação se encerrasse em 1623 (CANABRAVA, 1984).

Se o início dos conflitos entre índios, espanhóis, portugueses e jesuítas ocorreu durante o período de união das Coroas, isso significa que os agentes coloniais que se enfrentavam no Paraguai/Rio da Prata, fossem portugueses ou espanhóis, eram súditos da mesma majestade. A despeito disso, os moradores de São Paulo continuavam sendo vistos como invasores e saqueadores, pois atentavam tanto contra os bens particulares, como aos interesses reais, já que descumpriam as leis de liberdade dos índios e de restrição ao avanço para além dos limites entre os Impérios. Portanto o antagonismo que existia contra os sertanistas portugueses pode ser enquadrado no problema levantado no parágrafo anterior. Ainda que os conflitos pudessem ser expressos como uma oposição entre portugueses e espanhóis, o combate aos chamados sertanistas, maloqueiros ou moradores de São Paulo mobilizava vários setores coloniais – índios, jesuítas, autoridades locais e até mesmo a Coroa (portuguesa ou espanhola). Segundo algumas destas opiniões, especialmente de espanhóis e jesuítas, a vila de São Paulo seria um núcleo “cismático”, como uma “rochela” dentro do Império português e, por isso, deveria ser aniquilada e depois refundada.<sup>7</sup> Assim, o ódio à vila de São Paulo e seus moradores transcendia o pertencimento a um ou outro Império e era muito mais a expressão de um conflito de interesses: o acesso à mão de obra indígena.

---

<sup>7</sup> A análise que não só a vila de São Paulo, mas as capitânicas do Sul estavam cismáticas foi expressa pelo provincial das missões do Paraguai Francisco Diaz Taño em 1640, após ter sua vida ameaçada no Rio de Janeiro, ao trazer as bulas papais em favor dos índios. (CORTESÃO: 1969, p. 342). A proposta de refundação de São Paulo é do governador do Paraguai Hernandarias, em 1616. (DOCUMENTAÇÃO: 1925, 8-9). A metáfora de uma rochela na colônia – o Maranhão – um ponto de insubmissão e revolta dos colonos, onde o rei manda, mas não é obedecido foi feita por Antonio Vieira, em carta escrita em 1654 (VIEIRA: 1735, 58-74). A interpretação de que São Paulo fosse outra rochela é pautada pela historiografia e esmiuçada por MONTEIRO: 1999, 36-7.

Aproveitando a forma como as populações indígenas apareceram nos eventos descritos acima, cabem algumas observações. Nesta situação, pode-se perceber que se tratavam de dois grupos distintos, os tupis e os guaranis. Os primeiros, provenientes da vila de São Paulo, compunham as tropas dos portugueses, eram seus escravos e não estavam convertidos ao cristianismo, segundo informou o capitão guarani. Alguns deles ficaram na redução com os guaranis quando os portugueses conseguiram fugir, outros os acompanharam.

Já os guaranis, condutores desta ação, habitavam numa redução dos padres da Companhia de Jesus. Portavam-se como representantes do rei de Castela, mas mantinham muitos dos atributos indígenas, como o nome. Apesar da identificação de seu batismo cristão (Antonio), manteve sua nomeação guarani (Yrucatu) e até mesmo seu idioma nativo após a conversão. O chefe indígena, chamado neste documento de “capitão” (normalmente, no período estudado, os portugueses referiam-se aos líderes tupis como “principais” e os espanhóis, aos guaranis como “caciques”) usava sua rede de relações, influência sobre a parentela e mando sobre seus subordinados a favor da colonização. Embora às lideranças se garantissem essas prerrogativas, os índios que orbitavam em torno delas deveriam prestar serviços, trabalhando nas roças e demais lidas, coisas das quais seus chefes permaneciam isentos (SUSNIK: 1965, 206-14).

Expressando inimizades de longas gerações, as escaramuças entre as etnias indígenas também mobilizavam os agentes coloniais. No caso dos portugueses, o ódio dos tupis aos seus inimigos poderia ser aproveitado na luta pela escravização dos guaranis. Nesta história, no entanto, esta questão não foi a tônica, pois os índios de São Paulo acabaram diluídos na narrativa. Uma parte deles teria voltado às suas terras, junto com os portugueses, outra teria permanecido na redução com os guaranis, mas nenhum juízo de valor foi emitido sobre eles. Por outro lado, o que poderíamos chamar de uma geopolítica indígena pré-colombiana/pré-cabralina teve implicações no avanço que as colonizações iriam fazer sobre os territórios dos índios. Se os jesuítas e colonizadores a serviço da Espanha conseguiram se aliar aos guaranis, pelo menos até o final do século XVIII não puderam penetrar nas terras de domínio guaicuru e paiaguá, recalcitrantes também aos guaranis. Já os portugueses, ao estabelecerem amizade com os povos tupis no planalto da vila de São Paulo de Piratininga, não conseguiram estender seu domínio sobre as terras divisas com a província do Paraguai, locais onde os tupis também não avançavam. Mesmo tendo havido tentativas de posse portuguesa sobre essa região desde o início do século XVI, a incursão dos moradores de São Paulo sobre a fronteira com o

Império espanhol durante quase 200 anos fez-se principalmente por saque, assaltos e entradas clandestinas, como a bandeira aqui retratada.

Embora tanto tupis quanto guaranis trabalhassem para os colonizadores e vivessem segundo os modelos impostos por eles (reduções, aldeias, *encomiendas*, guerras justas ou entradas para o sertão), é comum a noção de que os índios das missões dos padres estariam melhores do que os escravos dos portugueses. Respalado pela grande produção jesuíta de textos no período, além do longo e intenso debate a favor da liberdade indígena, travado desde os primeiros tempos da colonização da América, a redução, missão, aldeia (aldeamento) ou doutrina dos padres foi vista como a tábua de salvação para os índios. Estes debates encontraram uma boa síntese no pensamento do padre Francisco de Vitória, que formulou várias teorias apropriadas por Bartolomé de Las Casas (célebre defensor da liberdade indígena) e foi base para algumas leis espanholas em favor dos índios. (RUIZ: 2002a).

De toda forma, apesar dos maus tratos evidentes que estruturavam o regime escravista (confisco da liberdade, coerção física ao trabalho, castigos, amputações, péssimas condições de vida), não se pode perder de vista que a vida reducional também era uma vida de confinamento, privação e sujeição dos índios a um regime de trabalho imposto pelos padres. Em quase todas as cartas ânuas escritas pelos padres (com relatos dos eventos ocorridos nas missões durante o ano anterior) falava-se da necessidade de incitar os índios ao trabalho para construção das igrejas, cultivo de plantações, entre outros. Um exemplo interessante aparece na província do Uruguai-Tape em 1633, onde uma índia descrita como varonil, mulher de um capitão, coagiu os demais índios a quebrarem pedras, coisa que se recusavam a fazer. (CORTESÃO: 1969, 95).

Embora os jesuítas projetassem as missões como uma terra de amor, em que eles, pais zelosos, cuidavam dos neófitos como de seus filhos, a dominação colonial estava presente em ambas as situações. Também ali havia a renúncia ao modo de organização indígena, com a adesão forçada ao modelo europeu, tendo que produzir dentro da lógica colonial. Todas estas questões estavam colocadas tanto para os tupis quanto guaranis, estivessem nas mãos de particulares ou nas reduções dos padres, fossem ambos portugueses ou espanhóis. Aos indígenas sob administração particular, por não serem cristianizados, não havia tanta pressão para que abandonassem muitos dos seus hábitos indígenas, como as bebedeiras e a poligamia.

Sobre este aspecto, o padre José Anchieta referiu-se aos maus hábitos de um português que vivia amancebado com várias índias, situado a 9 milhas de São Paulo de Piratininga. Este homem (que se inferiu fosse João Ramalho) tinha grande número de parentes, entre filhos, genros e cunhados, praticando hábitos “gentílicos”, como poligamia e canibalismo. (ANCHIETA: 1933, 45-9). Por outro lado, aos aldeados com os jesuítas, os preceitos cristãos e o controle dos padres sobre suas vidas cotidianas obrigavam-lhes a uma rotina de sacrifício, com castigos, autoflagelação, jejuns, abstinência e participação em guerras, estando dispostos a morrer em nome do rei e de deus.

## CONCLUSÃO

Numa síntese possível sobre o ataque dos índios guaranis contra os portugueses e tupis saqueadores de suas terras, ocorrido em 1656 na província do Uruguai, inúmeros fatores estavam colocados. Dependendo da perspectiva de análise escolhida, as posições podiam se inverter. No estudo da relação entre dois grupos, a posição de um terceiro agente elucidava inúmeros aspectos desta relação. Assim, índios usavam dos colonizadores para vencer outra etnia inimiga; o status que os chefes indígenas representavam dentro de seus grupos era ressignificado frente à dominação colonial em uma via de mão dupla, tanto podia favorecê-los, como aos colonizadores; portugueses colocam-se dentro da disputa entre *encomenderos* e jesuítas pela mão de obra indígena nos sertões do Paraguai e Rio da Prata; os padres usavam do discurso do perigo português para obter isenções e privilégios para as reduções; autoridades e moradores espanhóis e portugueses queixavam-se dos riscos da autonomia jesuítica, alimentando os mitos sobre a construção de um “Império teocrático” dentro do Império colonial. Apesar dos perigos reais, dos enfrentamentos fatais, das destruições e mortes ocorridas entre índios, jesuítas, espanhóis e portugueses, muitos fatos foram instrumentalizados e manipulados pelos próprios atores para obterem melhor êxito frente a seus inimigos.

Nesta região de fronteira entre os Impérios, onde além dos tratados imaginários, populações reais se antepunham, lutando pela sobrevivência de seu grupo, ou, num plano maior, pelo sucesso do próprio projeto colonial, vê-se que o cerne da questão eram as populações indígenas. No caso retratado, especialmente os guaranis, aqui vivendo em regime reducional. Depois da União Ibérica (período em que se intensificaram os assaltos dos portugueses de São Paulo) o grande ponto que parece eclodir na região é o interesse pelos

índios – como aldeados, *encomendados* ou escravizados – e dos índios, inserindo-se ou não na situação colonial colocada.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Manuscritas

BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos. Manuscritos da Coleção de Angelis. MS-508 (19), doc. 7 (392). “Declaraciones tomadas á los indios sobre prisioneros portugueses, 1656.”

#### Impressas

ANCHIETA, José de.

1933 *Cartas: Informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta. S. J. (1554-1594). Cartas Jesuíticas III.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00381630> Último acesso em 10/03/2011)

BLUTEAU, Raphael.

1712-1728 *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico (...)* V. 6. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu (Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/provincia> Último acesso em 10/03/2011)

CORTESÃO, Jaime (intr.).

1951 *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640).* Manuscritos da Coleção De Angelis. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional

1969 *Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641).* Manuscritos da Coleção De Angelis. Tomo III. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Publicações e Divulgação

“DOCUMENTAÇÃO hespanhola bandeirante”. In: *Annaes do Museu Paulista*. Tomo 2. São Paulo: Officinas do Diário Oficial, 1925

VIANNA, Hélio (intr.).

1970 *Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758).* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Publicações e Divulgação

VIEIRA, Antonio.

1735 *Cartas do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesu.* Vol. 1. Lisboa: Officina da Congregação do Oratório (Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01950810> Último acesso em 10/03/2011)

## BIBLIOGRAFIA

BLAJ, Ilana.

2002 *A trama das tensões.* O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1661-1721). São Paulo: Humanitas/FAPESP

CANABRAVA, Alice.

1984 *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.).

1992 *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

FERRETTI, Danilo Zioni.

2004 *A construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo

HESPANHA, António Manuel.

1989 “O governo dos Áustria e a ‘modernização’ da constituição política portuguesa. In: *Penélope.* Fazer e desfazer a História. n° 2: 49-73. Lisboa: Quezta, 1989 (Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/pages/todo.htm> Último acesso em 10/03/2011)

HOLANDA, Sérgio Buarque de.

2000 *Visão do Paraíso.* Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Publifolha

KANTOR, Iris.

2005 “A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750). In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar.* Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI e XIX. 2ª ed. São Paulo: Alameda, p. 257-76

MALDI, Denise.

1997 “De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX”. In: *Revista de Antropologia.* São Paulo: USP, v. 40

nº 2, p. 182/212 (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v40n2/3235.pdf> Último acesso em 10/03/2011)

MARQUES, Guida.

2002 “O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas do Brasil no tempo de Felipe II de Portugal”. In: *Penélope*. Fazer e desfazer a História. nº 27: 7-35 Lisboa: Celta (Disponível em: [http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope\\_27/27\\_04\\_GMarques.pdf](http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_27/27_04_GMarques.pdf) Último acesso em 10/03/2011)

MONTEIRO, John.

2000 *Negros da terra*. Índios e portugueses nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras

MONTEIRO, Rodrigo Bentes.

1999 “A rochela do Brasil: São Paulo e a aclamação de Amador Bueno como espelho da realeza portuguesa”. In: *Revista de História*. nº 141. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP

PERRONE-MOISÉS, Beatriz.

1992 “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, p. 115-32

RUIZ, Rafael.

2002a *Francisco de Vitoria e os direitos dos índios americanos*. A evolução da legislação indígena castelhana no século XVI. Porto Alegre: EDI-PUC-RS

2002b *A vila de São Paulo durante a União das Coroas: estratégias políticas e transformações jurídicas*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP

SCHWARTZ, Stuart.

2008 “Prata, açúcar e escravos: de como o Império restaurou Portugal”. In: *Tempo*. nº 24: 201-23. Rio de Janeiro. (Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a11v1224.pdf> Último acesso em 10/03/2011)

SUSNIK, Branislava.

1965 *El indio colonial del Paraguay*. I. El guarani colonial. Asunción: Museo Etnográfico “Andres Barbero”